



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 13 de agosto de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Desaceleração econômica faz empresas adiarem investimentos de US\$ 95 bi	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Dilma define salário de servidor	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Importação recua até 25% em portos afetados por greve	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Estatais investiram só 20% do orçamento até junho	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Governo pode impor às teles investimento em TV digital	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
AUTOMOTIVE BUSINESS Bicicletas: produção cresce em Manaus	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Desaceleração econômica faz empresas adiarem investimentos de US\$ 95 bi		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Número se refere apenas a projetos suspensos ou postergados nos últimos dois meses; só na Petrobrás, essa cifra é de quase US\$ 70 bi

RIO - Nos últimos dois meses, pelo menos US\$ 95 bilhões em investimentos no Brasil foram suspensos ou tiveram seus cronogramas de entrada em operação postergados. A lista inclui companhias como Anglo American, Vale, Braskem, JAC Motors e, principalmente, a Petrobrás.

Apenas a estatal do petróleo revisou projetos orçados em quase US\$ 70 bilhões. A siderurgia também foi muito afetada por essa pisada no freio. O setor trabalhava com um plano de investimentos de US\$ 17,4 bilhões até 2017, adiado sem previsão de retomada.

Além dos projetos que estão na geladeira, outros empreendimentos dados como certos agora enfrentam muita dificuldade para sair do papel. É o caso da construção de fábricas ainda em estudo por Volkswagen, Volvo, BMW e Land Rover, no Rio. Juntos, esse projetos estão orçados em cerca de US\$ 4 bilhões.

A interrupção reflete a cautela das companhias diante da desaceleração da economia brasileira e da crise na Europa e nos Estados Unidos, que reduz a demanda externa por seus produtos. "Nesse contexto, é natural as empresas adiarem investimentos para privilegiar a geração de caixa", diz o professor de economia da PUC-SP, Antonio Corrêa de Lacerda. Ele calcula que o Produto Interno Bruto (PIB) acumulado de julho de 2011 a junho de 2012 esteja próximo de zero, o que significa estagnação.

Lacerda classifica o quadro como um "efeito cautela" de grandes grupos, que não veem urgência em ampliar sua capacidade de produção. O lado positivo, diz, é que não houve projetos cancelados. O problema é que o adiamento de planos por empresas âncoras do País gera uma reação em cadeia. "Quando uma Vale ou uma Petrobrás adiam ou reduzem investimentos, isso se multiplica. Há um efeito manada entre fornecedores e concorrentes", acredita.

Desafio. O presidente da Vale, Murilo Ferreira, não esconde a preocupação com o atual momento "desafiador". Durante a divulgação do último balanço financeiro da mineradora, Ferreira revelou que decidiu reavaliar

semanalmente o orçamento de todos os projetos de expansão e que a nova postura já vai nortear a elaboração do plano estratégico da companhia para 2013.

Para o economista e presidente da Inter B Consultoria, Claudio Frischtak, o aumento da capacidade ociosa da indústria nos últimos meses levantou uma "bandeira vermelha" para o investimento. As companhias, ressalta, só levam adiante projetos de expansão quando há uma perspectiva positiva de crescimento do mercado, o que não se vislumbra atualmente. "O mercado jogou um balde de água fria. Ainda tem investimentos avançando, mas não no mesmo ritmo, não captando os mesmos recursos."

Para Fernando Puga, chefe do departamento de análise econômica do BNDES, essa série de adiamentos reflete a expressiva oscilação do cenário mundial e a dificuldade de se chegar a uma solução para a crise europeia. Embora o BNDES acredite que o investimento vá crescer acima do PIB nos próximos meses, o fraco desempenho do início do ano impedirá uma recuperação frente a 2011. No ano passado, a taxa de investimento do País foi de 19,3%, já abaixo do nível pré-crise (19,1% em 2008).

"Na melhor das hipóteses, vamos manter constante a taxa de investimento em 2012, mas o cenário mais provável é de uma ligeira queda. O primeiro trimestre vai fazer o investimento no ano andar de lado", diz Puga.

Os desembolsos do BNDES de janeiro a maio cresceram apenas 1% frente ao mesmo período de 2011, estacionando em R\$ 43,8 bilhões. Mas o economista destaca que houve alta nas consultas (27%) e enquadramentos (13%), o que sinaliza a disposição para investimentos futuros.

Apesar dos adiamentos acenderem o sinal amarelo, a visão de especialistas ouvidos pela Agência Estado é de que a retomada começará entre o fim de 2012 e o início de 2013. A despeito da queda de 5,5% da produção industrial e da desconfiança do empresariado quanto à eficácia do Plano Brasil Maior, a aposta é que a queda da taxa Selic e as medidas de estímulo, como a desoneração da folha de pagamentos e redução do IPI para automóveis, façam efeito a partir do segundo semestre.

Freio. "É um freio de arrumação, mas é limitado. As empresas não podem deixar de investir diante da concorrência", diz Lacerda. A perspectiva é que a recuperação chegue primeiro aos setores puxados pelo consumo doméstico, como serviços, linha branca e automotivo. Mas o maior impulso deve vir da infraestrutura. Há grande expectativa em torno do anúncio do chamado "PAC das Concessões" até o fim do mês. O setor público deverá preparar o terreno para investimentos privados, clareando a regulação, preparando a modelagem e financiando via **BNDES**.

No caso das produtoras de commodities, o rearranjo deve ser mais longo, já que elas têm sua demanda e cotação afetadas diretamente pela deterioração do cenário externo. Diante de um excedente de mais de 500 milhões de toneladas

de aço no mundo e consumo do produto estagnado no **mercado** interno, o Instituto Aço **Brasil** (IABr) diz que os US\$ 17,4 bilhões em investimentos em expansão e novas capacidades previstos até 2017 estão congelados.

As siderúrgicas brasileiras operam com apenas 68% de sua capacidade instalada, bem abaixo da média histórica, de mais de 80%.

Na área petroquímica, a Braskem mantém o plano de investir cerca de R\$ 1,7 bilhão este ano, mas admite que o agravamento da crise pode adiar a nova fábrica de polipropileno prevista para ser erguida na Bahia.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma define salário de servidor		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A presidente Dilma Rousseff define hoje a política salarial do funcionalismo para o próximo ano e quais categorias de servidores terão reajuste salarial. O montante destinado ao aumento de salários deverá ser "muito pequeno".

Dilma define proposta final para servidores

Por Ribamar Oliveira, Cristiano Romero e Lucas Marchesini | De Brasília

A presidente Dilma Rousseff define hoje, durante reunião com a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a política salarial do funcionalismo para o próximo ano e quais categorias de servidores do Executivo terão reajuste salarial. Fontes do governo disseram que o montante destinado ao aumento de salários será "muito pequeno", pois a presidente deseja concentrar os recursos orçamentários em medidas que assegurem a retomada da economia. Poucas categorias receberão aumento, entre elas estão os professores universitários e os militares. Um reajuste linear era considerado como possibilidade remota.

Além de "bater o martelo" sobre a política salarial do funcionalismo, a reunião de hoje terá o objetivo de fazer uma avaliação sobre o movimento grevista dos servidores. A presidente, segundo assessores, não vai ceder aos funcionários em greve. Se os servidores de órgãos cruciais para o funcionamento da economia, como a Receita Federal, não retornarem ao trabalho, a ordem da presidente é que o **Governo Federal** assine convênios com governos estaduais para substituir os grevistas, o que é permitido pelo decreto 7.777.

Os dados que Dilma tem recebido da equipe econômica sobre a recuperação salarial dos servidores do Executivo nos últimos anos reforçaram a posição da presidente, de acordo com assessores. Os números mostram que todas as categorias que estão em greve ou em operação-padrão receberam elevados aumentos reais de salários. Essa realidade não muda mesmo quando é considerada a possibilidade, bastante concreta, de que essas categorias não tenham aumento em 2012.

Em dezembro deste ano, por exemplo, o salário final de um fiscal federal agropecuário, cuja paralisação afetou o **comércio** exterior brasileiro, será de R\$ 15,8 mil, quando, em dezembro de 2002 era de R\$ 5,2 mil - o aumento real (ou seja, descontada a inflação do período) foi de 71,7%, de acordo com os dados do **Ministério** do Planejamento que foram repassados a Dilma.

Nesse cálculo do aumento real já foi considerada a inflação prevista para este ano. O salário final de um auditor da receita federal e de um auditor fiscal do trabalho será, em dezembro deste ano, de R\$ 19,4 mil, quando era de R\$ 7,4 mil em dezembro de 2002 - o aumento real foi de 50,4%.

O salário final de um delegado ou perito da Polícia Federal, que também ameaçam greve, será de R\$ 19,7 mil em dezembro deste ano frente a R\$ 9,3 mil em dezembro de 2002 - um aumento real de 21% desde então. O salário final de fiscal da Anvisa teve um aumento real de 36,2% - era de R\$ 8 mil em dezembro de 2003 e será de R\$ 17,49 mil em dezembro deste ano.

O presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anffa), Wilson Roberto de Sá, não contesta os números do governo, mas diz que "o governo só conta a metade da história". Segundo ele, em 2004, somente depois de uma greve de nove dias, o governo estruturou a carreira desses fiscais. "Em 2007 conseguimos um reajuste decente e, talvez, a Dilma esteja fazendo que nem o **Lula** [o ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva], esperando o segundo mandato para dar um reajuste", afirmou.

A presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal (Sindireceita), Sílvia de Alencar, disse que em seu primeiro mandato, o ex-presidente **Lula** não deu reajuste acima da inflação, mas, no segundo, deu um "reajuste satisfatório" e também reestruturou a carreira. "Entendemos a crise econômica e entendemos os argumentos do governo, mas gostaríamos que o governo entendesse também a nossa demanda", afirmou.

A presidente pretende dar um reajuste maior para os professores universitários e os militares. No primeiro caso, o plano é beneficiar com percentuais mais altos os professores

com doutorado, aqueles que registraram patentes nos últimos anos e os que publicaram trabalhos em revistas científicas.

Depois de anunciar esta semana o valor do reajuste, o governo passará a negociar a volta ao trabalho dos servidores em greve.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Importação recua até 25% em portos afetados por greve		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Thiago Resende e Lucas Marchesini

A greve dos funcionários que liberam a entrada de **mercadorias** no país contribuiu para que o total **importado** em alguns portos, em julho, caísse até 25% na comparação com o mesmo mês de 2011. A queda ocorreu nos terminais de Vitória (ES), 25,7%; Macuripe (CE), 23,5%; Paranaguá (PR) 12,8%; Itajaí (SC), 6,2%; Suape (PE), 4,9% e Santos (SP), 1,62%.

O levantamento feito pelo Valor considerou os terminais portuários mais afetados pela greve, segundo o Sindicato Nacional de Servidores de Agências Nacionais Reguladoras (Sinagências), entidade a qual os funcionários da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) são vinculados. Em julho, os fiscais agropecuários ainda não estavam em greve.

Ao divulgar os dados da balança comercial do mês passado, o **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic)** ressaltou que, além da crise na economia brasileira e internacional, a greve nos portos tem afetado os números das transações comerciais com outros países.

Para o governo, a greve dos agentes sanitários e da Receita Federal traz mais prejuízos à entrada de **mercadorias** do que a saída de produtos nacionais destinados ao exterior. Isso porque há um maior rigor e controle na liberação de itens que desembarcam no país.

Acho que as **importações** podem ter sido mais atingidas que as **exportações** pela liberação de cargas, anuência da Anvisa, mas não dá para separar o efeito, disse o secretário-executivo do **Mdic**, Alessandro Teixeira, ao anunciar os dados de julho.

No porto de Vitória, o valor **importado** em julho caiu para US\$ 780 milhões, ante US\$ 1,05 bilhão em igual mês do ano passado. Em Santos, a **importação** recuou de US\$ 4,97

bilhões para US\$ 4,85 bilhões na mesma comparação. No terminal portuário de Itajaí, a entrada de **mercadorias** em julho somou US\$ 729 milhões, sendo que no mesmo mês de 2011 o valor **importado** por meio do porto foi de US\$ 737 milhões.

O impacto da greve nos terminais portuários só poderá ser medido após o fim da paralisação, informou o **Mdic**. A operação-padrão adotada pela Receita tem atrapalhado o desembarque de **mercadorias** mais do que a paralisação dos fiscais da Anvisa, avalia o diretor do sindicato dos operadores portuários do Espírito Santo, Pedro Paulo Carneiro. A informação já foi refutada pela Receita, que no fim de julho estimou em 2% - 4 mil de 220 mil pedidos de **importação** - os atrasos causados pelos fiscais da Receita.

Carneiro estima que a vigilância sanitária chega a demorar três dias para permitir que o navio atraque no porto de Vitória. Mas na alfândega a liberação da carga pode levar até 15 dias, afirma. A paralisação dos agentes da Anvisa e a operação-padrão da Receita começou na metade de julho. Passados dez dias de agosto, a situação continua a mesma, disse Carneiro, que destacou ainda a redução de produtos que chegam no porto por causa da crise econômica.

O diretor de comunicação do Sinagências, Ricardo Holanda, destacou que nada disso teria acontecido se o governo estivesse com uma proposta. O governo do PT é o pior desde o descobrimento para negociar, do ponto de vista dos trabalhadores, disse.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Estatais investiram só 20% do orçamento até junho		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

As empresas estatais, excluindo a Petrobras e suas subsidiárias, tiveram um baixo desempenho na execução de investimentos autorizados pelo governo. Até o fim de junho, consumiram apenas 19,7% do orçamento previsto para 2012, embora o desembolso de R\$ 4 bilhões tenha sido recorde para um semestre.

A lentidão nos gastos afeta estatais de áreas estratégicas para a infraestrutura e prestação de serviços, como Infraero, Correios, Dataprev, Eletronuclear, Telebrás e seis companhias Docas. Em todas, os desembolsos ficaram abaixo de 20% do orçamento autorizado, colocando em xeque a capacidade dessas empresas de investir todo o dinheiro disponível em 2012.

Estatais retêm investimentos liberados

Por Daniel Rittner | De Brasília

Até o fim do primeiro semestre, as empresas estatais conseguiram executar só 19,7% do orçamento de investimento previsto para 2012, excluindo a Petrobras e suas subsidiárias. Mesmo tendo desembolsado R\$ 4 bilhões, um valor recorde para o período de janeiro a junho, ficou patente a dificuldade em tirar do papel investimentos já autorizados pelo governo.

A lentidão nos gastos afeta estatais de áreas estratégicas para a infraestrutura e a prestação de serviços, como Infraero, Correios, Dataprev, Eletronuclear, Telebrás e seis companhias docas. Em todas elas, os desembolsos se mantiveram abaixo de 20% do orçamento autorizado para o ano, colocando em xeque a capacidade dessas empresas de investir todo o dinheiro disponível em 2012.

Geralmente, a dificuldade em gastar esbarra em problemas já conhecidos da máquina pública, como a demora nos processos de licitação. Um exemplo disso pode ser visto na Eletronuclear, que tem R\$ 2,6 bilhões para investir neste ano, mas só conseguiu aplicar 8,4% dos recursos até junho.

A estatal é responsável pela construção da usina nuclear Angra 3, um projeto de aproximadamente R\$ 10 bilhões, com início de suas operações comerciais previsto para dezembro de 2015.

Na semana passada, o cronograma foi modificado, levando essa previsão para julho de 2016 - atraso de sete

meses. Tudo por causa da demora em concluir a licitação para contratar os serviços de montagem eletromecânica, a principal concorrência em andamento, que foi objeto de recursos e pedidos de impugnação por empresas que participaram da disputa. Um concorrente que não foi habilitado na fase de pré-qualificação também recorreu ao Tribunal de Contas da União.

O assistente da presidência da Eletronuclear, Leonam dos Santos Guimarães, está otimista com a superação dos problemas e trabalha com a perspectiva de que os vencedores da licitação comecem a fazer seus serviços no fim de 2012. "Os principais problemas que levaram ao atraso de Angra 3 estão equacionados e haverá uma aceleração da execução financeira, de forma que, em 2013, as obras terão ritmo sustentado para cumprir o novo cronograma", afirma Guimarães.

A situação da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) também preocupa. De olho na Copa do Mundo de 2014 e na Olimpíada de 2016, ela ganhou um orçamento de R\$ 377 milhões para investir neste ano, mas é campeã em baixo desempenho: executou 0,3% disso no primeiro semestre.

Os dois principais projetos da estatal enfrentam restrições judiciais. A implantação de um píer em Y - o que permitiria a atração de seis navios de passageiros ao mesmo tempo - e o reforço estrutural do Cais da Gamboa estão com as licitações paradas. "O baixo desempenho da CDRJ se justifica pelo fato de as duas principais licitações estarem com pendências judiciais", informou, em nota, a Secretaria de Portos.

O novo píer era um dos trunfos do governo para amenizar a falta de capacidade hoteleira e aumentar a oferta de leitos turísticos no Rio, durante a realização dos eventos esportivos. Pelas estimativas do setor, a atração de seis navios ajudaria a oferecer até dez mil "leitos flutuantes", já na Copa de 2014. As obras deveriam ter começado em maio de 2011. Depois, o início foi adiado para fevereiro de 2012, mas nem a licitação foi concluída. Diante do impasse, o cronograma fica totalmente ameaçado, já que se estimava em 34 meses o tempo necessário para construir o píer.

O governo diz que, apesar de todos os obstáculos, há uma nítida evolução no ritmo de investimentos das estatais. Em 2010, a execução foi de R\$ 3,143 bilhões nos seis primeiros meses do ano, excetuando os gastos da Petrobras. Os investimentos aumentaram para R\$ 3,492 bilhões de janeiro a junho de 2011. Agora, chegaram a exatos R\$ 4 bilhões.

A meta oficial é acelerar os investimentos das estatais no segundo semestre e levar o nível de execução do orçamento para 80% a 85% até o fim do ano. Além das barreiras que engessam historicamente a máquina pública, como atrasos nas licitações, técnicos do governo apontam o surgimento de um fato "novo": muitas empresas têm dificuldade, com as rápidas mudanças no ambiente econômico, de implementar planos de negócios formulados nos últimos meses de 2011.

Conforme lembrou um funcionário do governo que acompanha o assunto, a taxa básica de juros caiu quatro pontos percentuais e o câmbio mudou de patamar, desde janeiro. Por outro lado, o cenário internacional se deteriorou, aumentando a dificuldade de obter empréstimos fora dos bancos públicos. Tudo isso exige ajustes no planejamento, o que pode atrasar a execução.

Na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), que executou 15,9% dos recursos para investimentos em 2012, a promessa é acelerar os desembolsos no segundo semestre. Segundo a estatal, "diversas licitações e projetos iniciados no primeiro semestre se concretizarão nos próximos meses", tornando factível a expectativa de atingir uma execução de "mais de 80%" até o fim do ano. Só na compra

de terrenos para a construção de centros de triagem - em São Paulo, no Distrito Federal e na Bahia - a estatal pretende investir R\$ 186 milhões, segundo sua assessoria.

Os investimentos da Infraero também demoram a ganhar velocidade. Com pressa para avançar nas obras de ampliação dos aeroportos, a empresa desembolsou 18,4% do previsto para todo o ano. Mesmo assim, ela aplicou R\$ 369 milhões entre janeiro e junho, mais do que duplicando o valor executado - R\$ 144 milhões - em igual período de 2011. Projetos **importantes**, com contratos assinados e ordens de serviço expedidas recentemente, tendem a acelerar o ritmo de gastos. É o caso da ampliação do terminal de passageiros de Fortaleza e a construção de uma nova torre de controle em Salvador.

O economista Mansueto de Almeida, do Ipea, não vê com tanto otimismo as chances de aceleração dos investimentos. "Se a execução foi ruim no primeiro semestre, não há tantas razões para melhorar muito no segundo semestre."

Para todo o ano de 2012, o orçamento das estatais para investir chega a R\$ 107 bilhões, dos quais R\$ 86,8 bilhões são da Petrobras e suas subsidiárias. As demais empresas têm R\$ 20,2 bilhões para gastar em seus projetos. Ambos os valores são recordes.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Governo pode impor às teles investimento em <u>TV digital</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Rafael Bitencourt e Daniel Rittner | De Brasília

O **Governo Federal** ensaia um movimento para acelerar a migração da transição do sistema de televisão analógico para o digital. A estratégia prevê que as operadoras de serviços móveis assumam a responsabilidade de levar o sistema digital de TV para os municípios ainda não atendidos com essa tecnologia. A obrigação, entretanto, ficaria restrita às localidades onde as prefeituras implantaram os equipamentos analógicos no passado, mas não têm recursos para modernizá-los. A dificuldade é identificada principalmente nas retransmissoras das pequenas cidades, que cobram ajuda financeira do governo.

As teles não teriam nenhuma participação no novo serviço digital, nem seriam remuneradas por isso. A ideia do governo é impor essa obrigação para aquelas que quiserem comprar frequências de 700 MHz no próximo leilão de sobras de quarta geração (4G). A contrapartida para as teles pode ser uma redução nos preços das licenças de 4G. O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, revelou os planos com exclusividade ao Valor.

Se tudo corresse conforme foi previsto no cronograma da digitalização, as geradoras e retransmissoras da TV aberta teriam os equipamentos atualizados até 2016. As emissoras devolveriam, nesse mesmo prazo, a radiofrequência de 700 MHz que usam atualmente. Então, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) levará essas faixas para o leilão de 4G. E é justamente a disputa pelo controle dessa faixa que tem pautado a briga entre os dois segmentos. Enquanto as emissoras de TV vislumbram a oportunidade de criar novas fontes de receita com o uso comercial desse espectro, as prestadoras de celular enxergam uma oportunidade histórica para se consolidarem no **mercado**, obtendo mais capacidade de rede para oferta de serviços de 4G.

Ainda sem ter certeza sobre a dimensão que poderá tomar o duelo entre os radiodifusores e as teles, e temendo que o apagão da transmissão analógica ultrapasse 2016, o governo planeja esse arranjo regulatório.

Inicialmente, a licitação estava programada para ocorrer somente após a conclusão do processo de

digitalização do sistema em 2016. Porém, ao confirmar na semana passada que o leilão poderá ocorrer em 2013, o ministro surpreendeu o setor porque a Anatel sequer concluiu os estudos sobre a destinação da faixa de 700 MHz para o setor de telefonia celular. "Não tomamos formalmente a decisão porque acho razoável discutir antes com o setor", disse.

A sinalização do ministro deixou nítida, finalmente, qual deve ser a estratégia do governo com a antecipação do leilão da faixa de 700 MHz para 2013. Essa decisão é justificada pela existência de milhares de retransmissoras de TV irregulares e sob a responsabilidade de prefeituras. Se, por um lado, a legislação atual não permite que os municípios destinem recursos para a compra de novos equipamentos da **TV digital**, por outro, os donos das emissoras não têm interesse de desembolsar recursos para digitalizar os equipamentos nessas cidades.

Bernardo explicou que muitas prefeituras, na década de 80, instalaram retransmissoras de TV para garantir a transmissão nas cidades onde os empresários do setor não tinham interesse econômico. "Em 1982, a prefeitura assinava um cheque e autorizava a compra. Hoje, não sabemos se é possível, inclusive por licitação, fazer a compra do equipamento digital", disse.

O ministro ressaltou que a decisão de impor o custo da digitalização do sistema de TV no leilão de 4G ainda não foi tomada. "Não quero anunciar [o estudo] porque ainda não está pronto", ponderou. Ele ressaltou que estratégias como essa já foram adotadas por outros países. "Nos Estados Unidos, fizeram uma licitação das licenças na faixa de 700 MHz e uma parte dos recursos foi usada para digitalizar a televisão e desocupar os canais", disse.

Nos cálculos do **Ministério**, uma estação de retransmissão de sinal pode custar de R\$ 125 mil a R\$ 2,5 milhões. São registradas, atualmente, 12 mil retransmissoras no país, entre retransmissoras legais e irregulares que não foram digitalizadas. Até o lançamento da licitação, deve restar ainda um saldo de 10 mil retransmissoras analógicas.

Embora cite o exemplo dos EUA, Bernardo afirmou que o **Brasil** caminha para a adoção de um modelo de uso das

faixas de radiofrequências semelhante ao alemão, que fez uma mescla entre o uso das faixas de 2,5 gigahertz (GHz) e 700 MHz para oferecer serviços 4G. "Fizemos o [leilão de] 2,5 GHz que vai suprir perfeitamente as regiões metropolitanas. Mas quando você pega as cidades com mais de 100 mil habitantes, em que a população está mais espalhada, a faixa de 700 MHz é mais vantajosa", afirmou

Bernardo ao se referir à vantagem técnica propiciada às operadoras de celular, que poderão ter maior cobertura com menor número de antenas. Embora haja o ônus de custear uma obrigação do setor de radiodifusão, há expectativa de que as prestadoras fiquem satisfeitas com a compra antecipada de licenças 4G em leilão realizado já no próximo ano.

	VEÍCULO AUTOMOTIVE BUSINESS	EDITORIA	
	TÍTULO Bicicletas: <u>produção</u> cresce em <u>Manaus</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Diferentemente do que ocorre com a fabricação de motos, bastante afetada pela restrição ao crédito, o segmento de bicicletas apresentou resultado positivo. Segundo dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a produção desses veículos no Polo Industrial de Manaus (PIM) atingiu 421.285 unidades, alta de 22% na comparação com o mesmo período de 2012, quando 345.219 unidades foram fabricadas na região.

No caso das motos, a produção caiu 10,3% no primeiro semestre e 15,7% no acumulado até julho. O mês normalmente é marcado por férias coletivas, que se estenderam pela retração de mercado, decorrente da dificuldade de liberação de crédito aos motociclistas.

Segundo a Suframa, três empresas produzem bicicletas na região: Caloi, Prince e Ox. A Houston tem projeto aprovado, mas ainda não iniciou a montagem de seus produtos. Segundo a Abraciclo, associação nacional que reúne fabricantes do setor de duas rodas, o Brasil é o terceiro maior produtor mundial de bicicletas.

A entidade estima que em todo o País sejam produzidos cerca de 5 milhões de unidades por ano. A frota de bicicletas estaria em cerca de 70 milhões. Os números atraem a atenção de empresas internacionais. Em outubro de 2011, a Abraciclo e sua equivalente italiana Anama formalizaram uma parceria. Em princípio discutirão normas de produção e a possibilidade de parcerias com empresas locais. A intenção dos italianos era produzir bicicletas aqui e não enviá-las montadas.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a importação de bicicletas somou 142.531 unidades até junho, alta de 15% ante o mesmo período de 2011. Ainda no comparativo entre os primeiros semestres, a venda de bicicletas no atacado registrou queda de 2%. De janeiro a junho deste ano as fábricas de Manaus repassaram aos lojistas 367.534 unidades, ante 373.145 unidades do ano anterior.